



A ABORDAGEM DA MÍDIA IMPRESSA BRASILIENSE SOBRE O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS

THE APPROACH OF THE WRITTEN MEDIA FROM BRASILIA ABOUT
CHILD SEXUAL ABUSE

Por:

Aldenora Moraes

E-Revista Facitec, v.3, n.1, Art.1, dezembro 2009

http://www.facitec.br/erevista/index.php?option=com_content&task=view&id=9&Itemid=2

Todos os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar parte de artigos sem autorização prévia desde que seja identificada a fonte. A reprodução total de artigos é proibida. Os artigos só devem ser usados para uso pessoal e não comercial.

Em caso de dúvidas, consulte a redação: revistafacitec@facitec.br.

A e-Revista Facitec é a revista eletrônica da FACITEC, totalmente aberta, inaugurada em Janeiro de 2007, com perfil acadêmico, é dedicada a professores, pesquisadores e estudantes. Para mais informações consulte o site www.facitec.br/erevista.



A ABORDAGEM DA MÍDIA IMPRESSA BRASILIENSE SOBRE O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS

THE APPROACH OF THE WRITTEN MEDIA FROM BRASILIA ABOUT CHILD SEXUAL ABUSE

RESUMO

Este trabalho analisa a abordagem da mídia impressa brasiliense, especificamente, os veículos *Correio Braziliense* e *Jornal de Brasília*, sobre a temática do abuso sexual intrafamiliar infantil. Para tanto, foram examinadas notícias veiculadas no período de agosto a dezembro de 2007. A atuação da prática jornalística na esfera pública e social e a compreensão do processo de produção das informações que circulam no espaço público midiático e da visibilidade dada pelos jornais a essa temática também são objeto do presente artigo. Desse modo, este trabalho mostra que ainda há muito a ser feito para que a cobertura jornalística seja eficiente. Por ser tratar de um fenômeno social amplo e complexo, a pedofilia precisa ser discutida de maneira mais responsável. Ao final da pesquisa, são apresentadas as análises morfológicas dos veículos averiguados, cujos resultados evidenciam a superficial visibilidade dada pelos jornais a essa temática.

Palavras-chave: Jornalismo, Mídia impressa, Abuso sexual infantil.

ABSTRACT

This paper analyzes the approach of the written media from Brasilia, specifically the communication mediums *Correio Braziliense* and *Jornal de Brasília*, about the theme intrafamiliar child sexual abuse. Therefore, news

A abordagem da mídia impressa brasileira sobre o abuso sexual de crianças

Aldenora Moraes



on the subject, published from August to December 2007, were examined. The acting of the journalistic practice in the public and social field, the understanding of the process of production of information that circulates in the mediatic public space and of the visibility given by the newspapers to this subject are also objects of the present article. Thus, this work shows that much remains to be done so that the coverage about intrafamiliar child sexual abuse becomes efficient. Because it is a broad and complex social phenomenon, pedophilia needs to be discussed in a more responsible way. At the end of the study, the morphological analysis of the investigated communication mediums, whose results show the superficial visibility given by the newspapers to the subject, are presented.

Keywords: Journalism, Written media, Child sexual abuse.



INTRODUÇÃO

Manuela, aos sete anos, teve uma grave doença venérea na boca. Henrique foi violentado quando tinha seis anos e, aos vinte e oito, abusou sexualmente da própria enteada de seis anos. Andréia foi abusada pelo pai dos dois aos nove anos (DIAS, 2003, p. 1-8). Histórias como essas se repetem todos os dias no Brasil e no mundo. Crianças e adolescentes são vítimas de abusos sexuais e, na maioria das vezes, dentro dos próprios lares.

De acordo com dados da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (Abrapia), “a agressão sexual durante a infância é, geralmente, perpetrada por pessoas que a criança conhece e nas quais confia” (VIVARTA, 2003, p. 52).

A abordagem dessa temática tem sido discutida no âmbito da Comunicação. O presente estudo busca contribuir para a análise atual da prática jornalística, a compreensão do processo de produção das informações que circulam no espaço público midiático e a visibilidade dada pelos jornais.

Para a realização deste trabalho, foram escolhidos dois jornais impressos editados na Capital Federal. A delimitação do objeto de estudo e da abordagem do material empírico foi motivada pela acirrada concorrência estabelecida entre os veículos *Correio Braziliense* e *Jornal de Brasília*. Para efeito de análise comparativa, as edições pesquisadas foram as do período compreendido entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2007.

A relevância do tema é explícita, no sentido de que se destaca neste trabalho a abordagem dos fatores que contribuem para a produção das notícias, como a seleção dos fatos, os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia que implicam a qualidade, ou ainda, os ingredientes que compõem o que um acontecimento tem para se tornar notícia.



Para compreender a abordagem da mídia impressa brasileira sobre o tema citado, esta pesquisa trabalha com um *corpus* empírico composto dos seguintes elementos:

- Pesquisa comparativa entre os jornais *Correio Brasileiro* e *Jornal de Brasília*. O estudo vai apontar o direcionamento escolhido pelos periódicos para a divulgação dos casos de pedofilia;
- Pesquisas realizadas pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI);
- Matérias sobre o tema.

Como o conceito de abuso sexual inclui uma gama de fatores de natureza social e cultural, há dificuldade de se conceituar essa expressão. Para efeito do abuso sexual de crianças (ASC) tratado neste estudo, será considerada a definição extraída da obra de Christiane Sanderson:

Forçar ou incitar uma criança ou um jovem a tomar parte em atividades sexuais, estejam ou não cientes do que está acontecendo. As atividades podem envolver contato físico, incluindo atos penetrantes (por exemplo, estupro ou sodomia) e atos não-penetrantes. Pode incluir atividades sem contato, tais como levar a criança a olhar ou a produzir material pornográfico ou a assistir a atividades sexuais ou encorajá-la a comportar-se de maneiras sexualmente inapropriadas (2005, p. 5).

O presente estudo é restrito ao abuso sexual intrafamiliar porque, segundo Vivarta (*op. cit.*), a maioria dos crimes notificados envolvendo tais situações acontece nas relações intrafamiliares. Desse modo, como também há controvérsias quanto às definições existentes, o conceito adotado é o de Forward e Buck:

Incesto é qualquer contato abertamente sexual entre pessoas que tenham um grau de parentesco ou que acreditem tê-lo. Esta definição inclui padrasto e madrasta, meio-irmãos, avós por afinidade e até mesmo amantes que morem junto com o pai ou a mãe, caso eles assumam o papel de pais. Se a confiança especial entre uma criança e um parente ou figura de pai e mãe foi violada por qualquer ato de exploração sexual, trata-se de incesto... Muitas vezes me perguntam se um beijo de língua ou uma carícia no seio de uma criança ou adolescente também é incesto. Respondo que sim. (FORWARD e BUCK, 1989 *apud* LEAL e CÉSAR, 2001, p. 47).



Uma das hipóteses deste trabalho está relacionada ao fato de que as constantes aparições dos casos de abuso sexual intrafamiliar infantil e a omissão da instância central na contemporaneidade, a mídia, são preocupantes. A apreciação do espaço destinado ao tema na mídia impressa brasileira e a abordagem dada a tais matérias devem suscitar discussões a respeito do tema.

Desse modo, analisar a maneira como são produzidas as notícias relacionadas a essa temática promove um quadro e um mapeamento da mídia impressa regional para posterior aprofundamento do tema no âmbito acadêmico e que poderá ser um instrumento para os que desejam fazer uma cobertura mais responsável a respeito do assunto.

A justificativa deste trabalho fundamenta-se no fato de que a mídia exerce um papel essencial no debate público sobre a violência e pode fornecer ferramentas à sociedade, por meio da informação, a fim de que os cidadãos possam exigir mudanças no quadro de políticas públicas para a infância.

O jornalismo, como um ambiente de construção social da realidade, pode e deve contribuir, informando os leitores e divulgando os crimes contra a criança, e, de alguma forma, auxiliar na prevenção e combate à exploração infantil.

Por fim, o questionamento “Qual é a postura jornalística adotada pela mídia impressa em relação aos casos de pedofilia?” norteia este trabalho. A hipótese defendida é a de que os meios de comunicação precisam denunciar com uma abordagem menos sensacionalista e que promovam a discussão a respeito do tema.

O objetivo geral é contribuir para a análise atual da prática jornalística, na compreensão do processo de produção das informações que circulam no espaço público midiático e a visibilidade dada pelos jornais a este assunto.

Os objetivos específicos contemplam estimular uma consciência crítica sobre a qualidade da cobertura da mídia, fazer uso de pesquisas



quantitativas e qualitativas para analisar a presença de notícias e debater uma representação mais democrática de temas sociais na mídia.

Este trabalho busca contribuir para o mapeamento da postura adotada pela mídia impressa diante do desafio de uma denúncia mais eficiente.

OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DA NOTÍCIA

Os processos de produção da notícia despertam o interesse da sociedade. Questionamentos, como, “De onde vêm as notícias?” e “Onde são produzidas as notícias?”, são recorrentes. De modo geral, toda notícia é um produto e tem características comerciais, ou seja, as empresas precisam vender seus produtos.

O jornalista precisa se preocupar com a linha editorial da empresa e, ao mesmo tempo, ter compromisso com o público. Desse modo, a notícia é uma mercadoria, um veículo ideológico e um agente político.

Nos manuais de jornalismo, encontramos a definição de que notícia é todo fato relevante que desperta interesse público. Fora dos manuais, notícia, na verdade, é tudo o que os jornalistas escolhem para oferecer ao público. De acordo com o cínico protagonista do filme *Cidadão Kane*, “se a manchete for grande, a notícia se tornará”.

A abordagem do *newsmaking*, segundo Wolf, enfatiza a questão da noticiabilidade do que acontece no mundo. O conceito de noticiabilidade se refere ao conjunto de elementos por meio do qual o aparato informativo controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos que servirão de base para a seleção das notícias (2005, p. 199).

A partir do conceito de noticiabilidade, cabe definir os valores-notícia como um componente da noticiabilidade. Para Goldin-Elliott, os valores-notícia são, portanto, regras práticas que compreendem um *corpus* de conhecimentos profissionais que, implícita e, muitas vezes,



explicitamente, explicam e guiam os procedimentos de trabalho redacional (*apud* WOLF, *op. cit.*, p. 203).

Contudo, as tendências atuais das pesquisas em comunicação são capazes de avançar em alguns questionamentos e transformar paradigmas pré-estabelecidos. Para Schulz, os processos de comunicação eram assimétricos, ou seja, havia um sujeito ativo, que emitia o estímulo, e um sujeito mais passivo, que era atingido por esse estímulo e reagia. Quanto à comunicação, era considerada individual em um processo que dizia respeito, sobretudo, a cada indivíduo (*apud* WOLF, 2005, p. 137).

Atualmente, esses paradigmas mostram que as mudanças, a curto prazo, antes evidenciadas, são consequências de um longo período. Os casos individuais, investigados na sua particularidade, agora são substituídos por coberturas globais de todo o sistema da mídia.

Segundo Wolf, ao se falar em efeitos midiáticos, é compreensível que haja uma relação entre a ação constante dos meios de comunicação de massa e o conjunto de conhecimentos sobre a realidade social. Tal relação impulsiona um dinamismo a determinadas culturas.

Shawn, por sua vez, defende a hipótese da agenda-setting:

... em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público é ciente ou ignora, dá atenção ou descuida, enfatiza ou negligência elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo. Além disso, o público tende a conferir ao que ele inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos meios de comunicação de massa aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (*apud* WOLF, 2005, 143).

Segundo Thompson (1995, *passim*), para a maioria das pessoas, o conhecimento que nós temos dos fatos está além do nosso meio social imediato, é, em grande parte, derivado de nossa recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia. Desse modo, quando a mídia se omite da tarefa de abordar alguns temas, o conhecimento da sociedade sobre o assunto será influenciado por essa ausência.



Sendo assim, dar visibilidade ao complexo dilema do abuso sexual é um desafio à imprensa brasileira. Infelizmente, temos visto que apenas casos de maior repercussão, por envolverem índios, crianças da classe média alta ou conhecidas na mídia, conseguiram notoriedade.

Dentre os casos ocorridos durante a realização desta pesquisa, destacam-se: o da jovem Isabela Tainara, de quatorze anos; a morte da jovem índia xavante, Jaiya Pewewiio Tfiruipi, de dezesseis anos, e o caso da nadadora brasileira, Joanna Maranhão, que foi vítima aos nove anos.

A crítica não se deve ao fato de que a imprensa publicou tais casos, mas ao fato de que deveria cumprir seu papel social de priorizar a difusão da defesa dos direitos da criança. Desse modo, as crianças e as testemunhas poderiam ser protegidas e os agressores poderiam ser responsabilizados.

A MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELOS DIREITOS DA CRIANÇA

De acordo com Santos (2004, p. 11), a violência sexual contra crianças e adolescentes começou a ser questão pública e enfrentada como problema de cunho social nos anos de 1980 e 1990. O fenômeno assumiu relevância política nos anos 1990 e sua análise apresenta características complexas a partir do momento em que o assunto vem focalizado como problema social, perdendo assim características de segredo familiar que o âmbito privado lhe conferia. A mobilização social teve sua expressão política na década de 1990, quando a violência sexual contra crianças e adolescentes foi incluída na agenda da sociedade civil como questão relacionada com a luta nacional e internacional pelos direitos humanos, preconizados na Constituição Federal brasileira (1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei 8069/90 e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989).



Compreende-se que nem sempre a criança foi tratada como um sujeito de direitos. Sendo assim, a busca por um novo paradigma em relação a esse tratamento deve interromper os padrões antigos e criar uma cultura de proteção e respeito aos direitos humanos da criança e do adolescente.

A primeira organização de que se tem notícia no mundo, dedicada a combater maus-tratos na infância, foi a Sociedade de Prevenção da Crueldade contra Crianças de Nova York (New York Society for the Prevention of Cruelty to Children), criada em 1894.

A história desta instituição registra que para remover a menina chamada Mary Ellen, de 9 anos de idade, da casa dos pais adotivos, que a estavam maltratando severamente, o promotor responsável pelo caso teve de solicitar a ajuda da Sociedade de Prevenção à Crueldade aos Animais de Nova York. Como na época não existiam leis que dessem às autoridades o poder de retirar da guarda dos pais, filhos que fossem maltratados, o promotor foi obrigado a apelar para o fato de a menina também pertencer ao "reino animal", conforme relatam os fundadores da instituição. Toda essa ação resultou na retirada da menina da casa dos pais adotivos, na colocação de Mary Ellen em um abrigo e na criação da Sociedade" (SANTOS, *op. cit.*, p. 12).

O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS

Na maioria dos casos, os dramas familiares divulgados pela mídia envolvendo pedofilia perturbam e chocam as pessoas, pois são poucas as culturas que a aceitam. Em se tratando de relações incestuosas, ou intrafamiliares, a comoção é ainda maior, porque explicita a ideia de poder preservada por alguns segmentos da sociedade que se julgam donos das crianças, de seus corpos e de suas emoções.

Discutir tais casos e difundir maneiras de prevenção e auxílio às vítimas é crucial para que o ciclo de violência vivenciado pelas crianças possa ser extinto.

Segundo DeMause (*apud* SANDERSON 2005, p. 5-8), há alguns padrões históricos no abuso sexual de crianças. Para o psico-historiador,



pelo menos cinco modos são essenciais para a compreensão da história da humanidade e da prática de violência contra crianças.

Modo de infanticídio: da Antiguidade ao século IV – as filhas eram comumente estupradas. Garotas da Grécia e de Roma raramente possuíam um hímen intacto. Filhos também eram invariavelmente sujeitos a situações sexuais e entregues a homens mais velhos a partir dos sete anos.

Modo de abandono: do século IV ao século XIII – as crianças eram surradas com instrumentos, como chicotes e varas, e uma prática comum era vender as crianças para mosteiros e conventos, onde ficavam sujeitas a abusos sexuais.

Modo ambivalente: do século XIV ao XVIII – moralistas da Igreja passaram a protestar contra os abusos sexuais e as crianças eram punidas se fossem pegas se masturbando.

Modo de socialização: do século XIX à metade do século XX – os adultos em geral se tornaram menos abusivos sexualmente e começaram a enfatizar a educação das crianças.

Modo de ajuda: modo atual. A maioria dos pais e adultos tenta ajudar a criança a alcançar seus objetivos com amor e aceitação, o que não inibe por completo os casos de abuso.

Práticas que fizeram parte de algumas culturas são relatadas por DeMause (*apud* Sanderson, 2005, p.9), como na China, em que meninos eram castrados para se tornarem eunucos sexuais. Contudo, deve-se atentar para o fato de que o autor, ao citar relatos de diversos países, evidencia que a prática abusiva contra crianças não é restrita à cultura ocidental ou à oriental.

Uma apuração acurada do abuso sexual infantil no mundo indica que as mais diferentes culturas relatam casos. Numa verificação superficial, pode-se ver que os abusos são mais recorrentes em determinadas configurações geográficas. Contudo, se atentarmos para a análise das culturas contemporâneas, percebe-se que, de acordo com Shohat e Stam



(2006, *passim*), práticas como o etnocentrismo, que olha o mundo por meio da própria cultura, **tem dado passagem a conceitos mais democráticos.**

A noção de policentrismo, por exemplo, cuja ênfase é a constatação de que o mundo possui diversos centros culturais conectados uns aos outros, conduz à conclusão de que nenhuma cultura se sobrepõe à outra, inclusive quanto às situações abusivas presentes em algumas práticas sociais.

MITOS E VERDADES SOBRE O ASC

O abuso sexual infantil intrafamiliar tratado neste trabalho toca em pontos nevrálgicos do círculo familiar e quase sempre é crônico. Para Vivarta (2003, p. 60), as situações abusivas podem ser agudas ou crônicas. "O primeiro caso é um episódio único ou que se repete por curto período de tempo, geralmente protagonizado por agressores alheios ao núcleo familiar. O segundo, mais frequente, é aquele que permanece encoberto pela família".

Segundo os estudiosos, o drama da criança abusada por parentes ou conhecidos é, decisivamente, mais complicado:

O problema da violência intrafamiliar está envolto em relações complexas da família, pois os abusadores são parentes ou próximos das vítimas, vinculando sua ação, ao mesmo tempo, à sedução e à ameaça. A violência se manifesta pelo envolvimento dos atores na relação consanguínea, para proteção da "honra" do abusador, para preservação do provedor e tem contado, muitas vezes, com a complacência de outros membros da família, que nesse caso, funciona como clã, isto é, fechada e articulada" (LEAL e CÉSAR, 1998, p. 10).

Desse modo, a denúncia é uma ferramenta imprescindível para o auxílio de crianças abusadas. Entretanto, na mídia, vemos com destaque somente casos de grande repercussão ou que servem apenas para gerar



medo e ansiedade incontroláveis. Os pais preferem acreditar que o perigo está fora do ambiente familiar e se descuidam de parentes próximos ou conhecidos.

Essa atitude revela um dos mitos sobre o ASC, o de que a grande maioria das crianças está segura. Entretanto, como explica Sanderson:

O ASC, está, sem dúvida, mais difundido do que as pessoas percebem. Ainda que as estimativas variem, dependendo do tipo de pesquisa que está sendo realizada, acredita-se que ocorrem em geral com uma entre quatro garotas e com um entre seis garotos (*op. cit.* p. XIV).

Contudo, a própria autora refuta os dados encontrados ao afirmar que um outro mito é o de que as meninas correm mais risco de abuso sexual, quando, na verdade, é mais difícil para os meninos revelarem o abuso. Esse dado pode modificar consideravelmente os dados estatísticos.

As estatísticas indicam que, em 87% dos casos, segundo Sanderson (*op. cit.* p. XVI), o abusador é alguém conhecido da criança e que tem a confiança dela.

Assertivas como a de que o abuso sexual ocorre apenas em classes sociais desfavorecidas é também um mito, pois ocorre em diversas culturas, comunidades e classes.

Um dado que precisa ser compreendido é o fato de que, embora situações de abuso sexual envolvendo crianças ocorram há séculos, não se pode negar que, mesmo de maneira precária, uma percepção aumentada e serviços melhorados de proteção à criança e ao adolescente permitem que mais crianças e adultos revelem suas experiências de abuso sexual.

A informação de que há serviços gratuitos que acolhem denúncias anônimas pode e deve ser difundida pelos profissionais da mídia. Como exemplo, temos a iniciativa do Governo Federal, em parceria com o Ministério da Saúde e o do Turismo, que criou um serviço de denúncias de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. O serviço é nacional, gratuito e sigiloso e funciona de segunda a sexta-feira, das 8 às



18 horas. Todas as denúncias são encaminhadas à Secretaria Especial de Direitos Humanos. O telefone é 100.

RESULTADO DA PESQUISA

Durante seis meses, de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2007, foi realizado monitoramento diário dos jornais *Correio Braziliense* e *Jornal de Brasília*, a respeito das notícias sobre o abuso sexual intrafamiliar de crianças.

É necessário esclarecer e enfatizar que os casos analisados são restritos aos abusos intrafamiliares, ou seja, aquele que é praticado contra crianças dentro de casa ou na vizinhança, por familiares ou conhecidos.

Desse modo, casos noticiados no mesmo período analisado e nos mesmos veículos, mas que não envolviam conhecidos ou parentes como abusadores, foram descartados.

Os jornais ora comparados já foram alvo de outras pesquisas, entre elas a realizada pela ANDI, de janeiro de 2000 a junho de 2001. Na pesquisa, em uma pontuação de 100, o *Correio Braziliense* ocupou o 3º lugar no ranking nacional em relação à qualidade da abordagem dos temas abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, enquanto o *Jornal de Brasília* ocupou o 33º lugar. Vale ressaltar que a média nacional foi de apenas 38,28.

A pontuação foi elaborada a partir de nove critérios desejáveis de qualidade. Aspectos, como em que medida os jornalistas usam a ocorrência do delito sexual para abordar as origens do problema, assim como os caminhos para a solução e o tipo de matéria escolhida pela linha editorial, foram observados.

Um questionário foi aplicado a todas as 718 matérias da amostra e permitiu a observação de diversos quesitos. Apesar dos avanços



constatados no trabalho da imprensa, a pontuação obtida pelos jornais em relação à qualidade, à profundidade e à contextualização dos textos ainda pode ser considerada baixa.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Segundo Marques de Melo, a morfologia de um jornal pode ser definida por meio da comparação entre os elementos utilizados na sua composição gráfica, ou seja, títulos, ilustrações e texto.

No jornalismo moderno a apresentação gráfica dispõe de importância fundamental. Como o jornal se insere numa problemática industrial, figurando como produto de consumo popular e, portanto, sujeitando-se às leis do mercado, enfrenta concorrência e precisa utilizar recursos próprios para atrair consumidores. Ou seja, o jornal precisa motivar psicologicamente os leitores em potencial para levá-los à compra; e o faz, geralmente, através da apresentação gráfica (MELO, 1972, p. 100).

Durante o período pesquisado, foram noticiados três abusos sexuais de crianças no *Correio Braziliense* e nove no *Jornal de Brasília*. A discrepância no volume de publicações pode ser visualizada no gráfico abaixo:

As tabelas abaixo indicam alguns aspectos observados, como a análise morfológica realizada.

TABELA 1 – Análise do jornal *Correio Braziliense* a respeito do abuso sexual intrafamiliar de crianças

Data	Editoria	Título	Ilustração	Box	Outros recursos
22/8	Brasil	Pai detido por abuso sexual	-	-	-
26/8	Brasil	Abuso sexual	-	-	-
31/8	Brasil	Irmão adotivo confessa que enforcou menino	-	-	-

FONTE: Pesquisa realizada de agosto a dezembro de 2007.



TABELA 2 – Análise do *Jornal de Brasília* a respeito do abuso sexual intrafamiliar de crianças

Data	Editoria	Título	Ilustração	Box	Outros recursos
22/8	Brasil	Empresário preso por abusar da filha e transmitir on-line	-	-	-
25/8	Política	Denúncia chocante	-	-	Coluna do jornalista Cláudio Humberto
29 /8	Cidades	Pai é preso após tentar estuprar a própria filha	-	Sim	Uso de intertítulo
31/8	Brasil	Homem confessa abuso e assassinato de menino	-	-	-
1º/9	Brasil	Acusado de matar o irmão se entrega	-	-	-
2/9	Exterior	Preso espanhol que abusava da enteada	-	-	-
16/10	Cidades	Militar acusado de estupro	-	-	Uso de subtítulo, intertítulo e assinatura do repórter
19/10	Cidades	Preso por abusar de enteado	Foto do acusado	-	
30/11	Exterior	Menina violentada quase vai à força	-	-	-

FONTE: Pesquisa realizada de agosto a dezembro de 2007.

A análise morfológica dos veículos pesquisados denuncia que as notícias tiveram pouco destaque, com exceção da matéria *Militar acusado de estupro*, que contou com maior espaço no jornal e número maior de colunas.

É patente a discrepância do número de relatos nos dois jornais. O *Correio Braziliense* noticiou o abuso sexual intrafamiliar em apenas três notas, enquanto o *Jornal de Brasília* apresentou sete notas e duas matérias sobre o tema.

Contudo, foi observado que o *Jornal de Brasília* tratou dos casos relatados com doses de sensacionalismo, ao descrever, muitas vezes, de maneira minuciosa o ocorrido, o que prejudica a abordagem. Em diversos casos, não houve uma contextualização dos assuntos. As matérias não estimularam a reflexão e, na maioria das vezes, dão a impressão de terem sido inspiradas em boletins de ocorrência das delegacias de polícia.



O limite entre o sensacional e o sensacionalista é muito tênue e a imprensa precisa reconhecer o limite entre a humanização da matéria e a exploração do drama das personagens.

A suíte é um recurso que possibilita o desenvolvimento de matéria iniciada em edição anterior de jornal. Nesta amostragem, esse recurso foi pouco utilizado. Foi registrada apenas uma suíte na análise do *Correio Braziliense* e no *Jornal de Brasília*, ambas sobre a mesma notícia: o caso de um menino de sete anos, que foi violentado e enforcado no povoado de Porto Grande, na zona rural de São Luís, no Maranhão.

A ausência de suítes indica um dado alarmante. Frequentemente, as consequências dos abusos sexuais não são noticiadas. Os desdobramentos da violência, aborto, gravidez, morte, também o atendimento, ou o não atendimento, médico, psicológico e jurídico, não são relatados.

As notícias não agregaram informações sobre serviços à população, como telefones de atendimento, conselhos para identificar crianças abusadas e outros esclarecimentos. Os relatos restringem-se praticamente a um *lead* que responde: o que aconteceu, com quem, onde e como. Dados socioeconômicos das vítimas ou dos agressores, por exemplo, podem ser deduzidos apenas pelas atividades que foram citadas nas matérias: um juiz, um empresário, um ex-presidiário, um pedreiro e um sargento do Exército.

Em nenhum dos veículos houve a fala de alguma autoridade que explicasse o que é o abuso sexual, quais as formas de prevenção ou que sugerisse medidas para o combate. Questionamentos relativos às políticas públicas para solucionar o problema não foram encontrados.

Uma vez que o jornalismo é prática e, conforme Traquina (*op. cit.*, 1993, *passim*) e as teorias liberais da imprensa, é o espaço de conflito, estabelecimento de tensões e de forças antagônicas, no sentido de chegar à solução ou ao consenso, a pesquisa revela que os jornais investigados têm se preocupado apenas em relatar os fatos, mas não suscitam reflexões.



A maioria dos estudos indica que o trauma sofrido tem impacto nas crianças de diversas maneiras, e fortemente prejudicial. Entretanto, nenhuma notícia veiculada durante a pesquisa abordou essa questão.

Sanderson (*op. cit.*, p. 170) afirma que os pesquisadores descobriram que o maior trauma ocorre quando a criança tem um relacionamento próximo com o abusador. O abuso é prolongado e frequente, a atividade sexual inclui penetração e a situação abusiva é acompanhada por violência e agressão.

Para Shaw, quando a mídia revela casos de abusos sexuais infantis, mas utiliza um verniz sensacionalista, em vez de prestar um serviço, apenas aflige e amedronta a sociedade. Shaw acentua que

a hipótese da agenda-setting não sustenta que a mídia tenta persuadir (...). Descrevendo e precisando a realidade externa, a mídia apresenta ao público uma lista de fatos a respeito dos quais se pode ter uma opinião e discutir (...). A asserção fundamental da agenda-setting é que a compreensão das pessoas em relação a grande parte da realidade social é modificada pelos meios de comunicação de massa (WOLF, *op. cit.*, 2005, 143).

Sendo assim, não ser subserviente apenas aos boletins de ocorrência das delegacias e se afastar do sensacionalismo que deseja apenas chocar o leitor, superestimando a questão da violência, é imprescindível para que os jornais denunciem os casos de maneira competente.

Deve-se levar em conta que o fato de muitos casos acontecerem dentro dos lares das vítimas dificulta a denúncia e perpetua a violência. De acordo com Leal e César,

A chamada violência doméstica é equivocadamente definida pelo 'locus' onde se realiza: a casa. Em realidade ela é resultado de relações de poder, de 'podres poderes', empregando uma expressão de Caetano Veloso. Esse poder não se expressa somente no uso da força de adulto, de mais velho, mas também pelas artimanhas da sedução, da persuasão e do uso do imaginário, de tal forma que a criança vitimizada pareça uma preferida. Ela é convidada a dormir com o pai, quando assim é o caso, o que se lhe afigura como protetor, socializador. A vitimização inverte a relação de proteção



em relação de prejuízo para o outro, causando-lhe trauma. (*op. cit.*, 2001, p. 17).

Desse modo, o tratamento dado às notícias da pesquisa e a apreciação do espaço destinado ao tema nos jornais distanciam a possibilidade de justiça social, pois impedem a reflexão necessária para que haja uma ampliação da presença de temáticas associadas à infância.

Segundo a matéria *Exemplo da Europa*, publicada na revista *Isto é*, de 22 de dezembro de 2004, o Brasil ocupa o 4º lugar no *ranking* da pornografia infantil. Ou seja, a ocupação dessa posição indica dificuldades profundas que poderiam ser evidenciadas pela mídia.

Segundo a jornalista Fernanda Sucupira, na matéria *Impunidade provoca efeitos perversos nas vítimas de violência sexual*, fica explícito o efeito nefasto da denúncia que não gera punição ao abusador. O relato narra a história de Denise, uma mãe que teve a filha de dois anos abusada por uma professora da creche, em 2000. Em 2005, ela acabou sendo absolvida por falta de provas. Sendo assim, quando o filho de dez anos foi abusado pelo vizinho, algum tempo depois, a mãe se recusou a iniciar novamente o processo criminal (MORA, 2008, *passim*).

Outro fator determinante para se desacreditar na Justiça é a excessiva demora na conclusão dos processos judiciais em casos de abuso. A jornalista narra, então, a história de Juliene, que, em 2006, já tinha quatorze anos. Aos quatro anos ela denunciou o abuso que sofreu do vizinho da avó, um homem com mais de sessenta anos.

Em primeira instância, no entanto, apesar dos laudos psicológicos e do depoimento de outras vítimas abusadas, ele foi absolvido. Durante um ano, Lourdes viveu sob a sombra da total impunidade e Juliene voltou a ter problemas psicológicos sérios.

Contudo, no ano seguinte, ele foi condenado a doze anos, sentença da qual ele recorreu e conseguiu reduzir para seis. Tendo cumprido dois anos de prisão, o que equivale a um terço da pena, foi recentemente colocado em regime semiaberto. Entre o primeiro relato de Juliene à mãe



e a condenação final, passaram oito anos. A sentença condenatória só veio quando a menina já estava com doze anos, tendo vivido a maior parte da infância envolvida nesse processo judicial. Ainda assim, a mãe relata: "Eu senti que, por conta disso, minha filha mudou também. Ela conseguiu dormir, ser uma pessoa melhor porque ela se sentiu vencedora, se sentiu acreditada".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o material analisado, há muito a ser feito para que a cobertura de ASC seja eficiente. A preocupação é que, enquanto isso não acontece, casos de bebês com doenças sexualmente transmissíveis vão continuar a surgir nos hospitais e este é apenas um dos desdobramentos dos abusos. O resultado confirmou a hipótese de que se trata de um fenômeno social amplo e complexo e que precisa ser discutido de maneira responsável.

A humilhação pública de pedófilos em jornais sensacionalistas apenas perpetua o ódio e a concepção de que nada pode ser feito, quando se nota que programas de saúde pública podem auxiliar na modificação de determinados comportamentos sexuais.

Buscar o maior número de informações a respeito dos abusos, dar visibilidade adequada, evitando o sensacionalismo, buscar o auxílio de especialistas e entidades que trabalhem com o tema, a fim de fornecer informações elucidativas à sociedade, são algumas atitudes possíveis que mudariam a abordagem desses casos na mídia.

Não obstante estas constatações, a cobertura da violência contra a infância tem apresentado, ao longo dos anos, resultados mais animadores, ainda que haja lentidão nesse processo. Para a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), um dos avanços é o fato de que



entre os jornalistas parece haver a compreensão da necessidade de se trabalhar o assunto com maior responsabilidade social.

Para Vivarta, foi a partir da década de 1990, com a aprovação do ECA e a ampliação do interesse de diversos setores sociais pelos temas relacionados aos direitos da infância, que a mídia assumiu um papel cada vez mais relevante na discussão do abuso sexual. Embora a cobertura ainda necessite de aprimoramentos para levar a sociedade a uma reflexão mais aprofundada e a atuar mais efetivamente contra os problemas, é nítido o interesse em abordá-los sob uma ótica contextualizada. (*op. cit.*, p. 105).

A mídia, como aliada, tem um papel decisivo. No dia 26 de fevereiro de 2008, a delegada Renata Teixeira de Assis compareceu ao programa *Sem Censura*. Assegurou a entrevistada que a denúncia da violência contra a infância protege as crianças e incitam outras famílias a denunciarem. Nas suas palavras, após uma denúncia, surge o dobro de delações durante a semana em que o crime é descoberto.

Esse fato sinaliza para a importância do envolvimento da sociedade no processo de denúncia e indica a responsabilidade de todos em relação às crianças. Infelizmente, percebe-se que ainda que se possa contar com leis que garantam a dignidade da infância brasileira, contamos também com a fragilidade dessa garantia.

Assemelhando-se à metáfora do cidadão de papel, utilizada pelo jornalista Gilberto Dimenstein, vive-se em uma sociedade cuja cidadania é frágil como o papel e cujos direitos são, quase sempre, assegurados apenas no papel. Diante desse fato, urge uma evolução das políticas públicas no Brasil, que promova a ascensão do assistencialismo à responsabilidade social.

De acordo com Leal e César, as políticas públicas de intervenção não se restringem ao binômio denúncia-repressão. Precisam estar garantidas em lei e em serviços do Estado para proteger as crianças vitimizadas, punir os agressores, prevenir os abusos, discutir a sexualidade,



assegurando à criança seu direito à autonomia, à aprendizagem e a desenvolver a apropriação do seu próprio corpo na sociedade no Estado de direitos, com acesso a todas as políticas sociais básicas, como educação, saúde, habitação, lazer e renda mínima. Criança é cidadão. O Estado deve, ainda, assegurar facilidades para a denúncia e a punição dos agressores" (*op. cit.*, p. 18).

Deve-se concordar com Ribeiro (2004, p. 129) ao enfatizar a mudança na visão social e legal da criança. Esta linha de pensamento se estabeleceu a partir da inclusão da criança enquanto prioridade nacional na Constituição Brasileira e no ECA, baseados na Doutrina Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, mudando de uma perspectiva de alienação para emancipação.

Estratégias como a criação de prêmios que contemplem reportagens sobre a violência contra a criança também têm sido utilizadas para favorecer o agendamento de notícias sobre a infância. O caso emblemático do jornalista Tim Lopes, brutalmente torturado e assassinado, em dois de junho de 2002, por causa de uma reportagem em que denunciava a exploração sexual de crianças e adolescentes, deu nome ao Concurso Tim Lopes de Investigação Jornalística.

A repórter Érika Kling, do *Correio Braziliense*, confessou que a participação no concurso favoreceu sua visão a respeito do serviço que pode ser prestado pela imprensa:

As coisas que realmente mudaram para mim: tive, pela primeira vez, contato com a realidade que denunciava no jornal e passei a ver os números que eu escrevia de uma forma muito diferente. A partir do momento em que eu escrevo as matérias hoje, mesmo que seja uma matéria de 30 centímetros, eu não simplesmente conto uma história. Eu falo assim: (...) Se você tiver com um problema, você tem que denunciar em tal lugar, ligue 100. São serviços bobos que, antes, eu, como a imensa maioria dos repórteres passávamos batido, por preguiça ou por falta de tempo. E eu mudei a forma de trabalhar por causa do Tim Lopes (...). O contato com a ANDI, o contato com a Marlene (Vaz, consultora do projeto), a vivência das experiências fez com que eu descobrisse que eu tinha, pela primeira vez, a chance de fazer o que todo estudante de jornalismo quer fazer, que é mudar a realidade. E a gente nunca pode. E a gente simplesmente se acostuma com isso.



Aí eu cheguei à conclusão de que a gente pode sim, por mais que seja um sonho, por mais que seja utópico, por mais que a gente não se orgulhe das matérias que a gente faz, são pequenos esforços que o repórter tem que fazer, que fazem diferença. Se em toda matéria que o repórter colocar "Disque 100 em caso de violação de direitos humanos contra crianças", um dia uma pessoa pode ler o jornal e discar 100. Pronto, já fez a diferença."(KLING *apud* MORA, 2008, p. 97)

Nem sempre a imprensa teve a visão de uma jornalista como Érika Kling. Todas essas carências, somadas às débeis políticas públicas para a infância, resultaram em um atraso significativo.

É perceptível que, mesmo diante do crescente movimento e transformação sociojurídica da posição da criança em nossa sociedade, sua identidade ainda se configura paradoxalmente: é prioridade nacional e merecedora de atenção e proteção, mas não é efetivamente priorizada social e politicamente.

A imprensa, como espaço público de mediação, pode e deve agir para beneficiar a justiça social, a defesa da cidadania e a garantia de um futuro menos perverso e mais digno para as crianças brasileiras.

REFERÊNCIAS

DIAS, Maria Clarice. Confissões de família. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 1-8, 17. Maio, 2003.

LEAL, Maria de Fátima Pinto e CÉSAR, Maria Auxiliadora (Org.). Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. 3. ed. Brasília: CECRIA, Ministério da Justiça, CESE, 2001.

MELO, José Marques. *Estudos de Jornalismo comparado*. São Paulo: Pioneira, 1971.

MORA, Gabriela Goulart. O concurso Tim Lopes de investigação jornalística como estratégia de agendamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na imprensa brasileira. 2008. 170p. Dissertação (Mestrado

A abordagem da mídia impressa brasileira sobre o abuso sexual de crianças

Aldenora Moraes



em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília.

RIBEIRO, Rebecca. As Emoções do Profissional Psicossocial com o Abuso Sexual Infantil. 2004. 143p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de Brasília, Brasília.

SANDERSON, Christiane. Abuso sexual em crianças. Fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos (et al.). Guia escolar: Métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. 2. ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

SHOHAT, Ella & STAM, Robert. Crítica da imagem eurocêntrica. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

TRAQUINA, Nelson (Org.). Jornalismo: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vegas, 1993. (Coleção Comunicação & Linguagens).

THOMPSON, J. Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

VIVARTA, Veet. (Coord.). O grito dos inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Cortez, 2003. (Série mídia e mobilização social). Vol. 5.

WOLF, Mauro. Teorias das comunicações de massa. São Paulo: Martins Fontes, 2005.